

Povos Indígenas no Brasil

Fonte Zero Hora (Rio Grande do Sul) Class.: 559

Data 31 de dezembro de 1983 Pg.: _____

24 índios mortos nas reservas este ano

Conselho Indigenista Missionário denuncia: Funai tem interesse em dividir os indígenas

O ano de 1983 termina hoje com um saldo que preocupa as entidades que apoiam os índios brasileiros: 24 indígenas morreram de forma violenta nas reservas do País e dez deles, pelo menos, foram vítimas de conflitos internos. "Se a Fundação Nacional do Índio (Funai) não estava na origem destes incidentes, ao menos nada fez para acalmar os ânimos dos índios, pois, como órgão do Governo, tem interesse em dividir as comunidades indígenas e enfraquecê-las para destruir culturalmente todos eles", dizia ontem Antônio Brand, secretário geral do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) — vinculado à Igreja Católica — ao revelar os números do violento balanço dos conflitos nas áreas indígenas este ano, que teve exemplos que ganharam notoriedade: a morte do índio Pataxó na reserva Pau Brasil, no sul da Bahia, em junho; os cinco índios assassinados na reserva da Guarita, no Rio Grande do Sul, em julho, e a morte de dois Nandeva e um Kayowá na reserva de Dourados, no Mato Grosso, na véspera do Natal.

Mais uma vez, os 210 mil índios que resistem no Brasil viram o ano passar sem que o Estatuto do Índio fosse cumprido. Contido na lei número 6.001, de 1973, este documento estabelecia que, em cinco anos, deveriam ter sido demarcadas todas as áreas indígenas do País.

Até agora, no entanto, apenas um terço das 440 áreas foram delimitadas e não há muita esperança de que o Governo faça o que está faltando em 1984. "Como as autoridades notaram que o índio tomou uma consciência étnica nos últimos anos e, por isso, fortaleceu sua comunidade e até fez crescer sua população — em 1973, haviam 180 mil indígenas no País — evitaram a demarcação das terras para destruir as aldeias, uma vez que a terra é um elemento fundamental de sobrevivência das comunidades", afirmou Brand, na entrevista coletiva concedida na sede da Associação Nacional de Apoio ao Índio (ANAÍ), na rua dos Andradas, 843, na tarde de ontem.

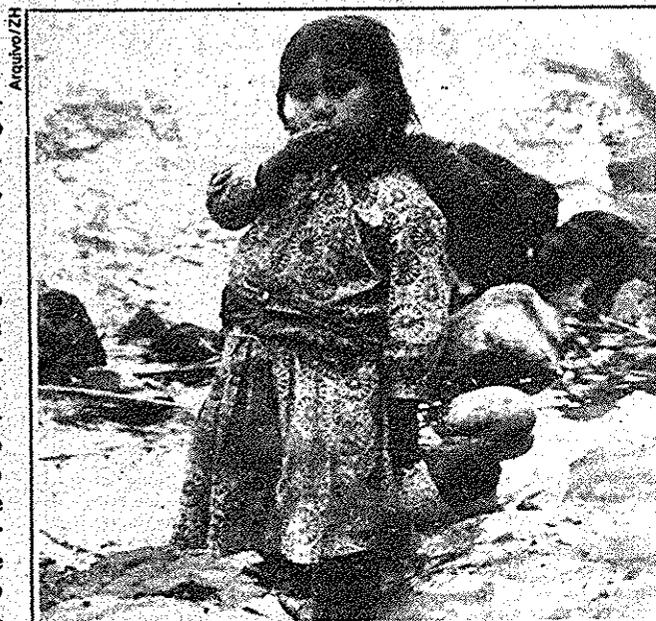
Índio com orgulho

Tão consciente está o índio brasileiro que hoje ele tem orgulho de dizer que é índio. "Não se ouve mais nas reservas aquelas negações que estávamos acostumados a ver", observava o secretário geral do CIMI, dizendo que esta nova postura está levando o Governo a tentar aculturar o indígena a todo o custo. É por isso, aliás, que o projeto do novo Código Civil, que tramita no Congresso Nacional, traz uma inovação na legislação: considera o índio "absolutamente incapaz", retirando-lhe as prerrogativas que tinha, até agora, como "relativamente incapaz". Esta pretensão do Governo, porém, é repudiada por Brand: "É inimaginável que o índio passe a depender totalmente de seu tutor, o Estado, uma verdadeira criança, que não pode-

rá constituir advogado para defender seus interesses como acontece atualmente".

Mas as entidades como o CIMI e a ANAÍ não se baterão apenas contra o novo Código Civil em 1984. O projeto de lei número 1.179/83, de maio passado, de autoria do deputado Muzarildo Cavalcante, (PDS-RR), que tramita na Câmara Federal, é considerado ilegal.

"Este projeto propõe a abertura e exploração do garimpo de cassiterita na serra de Surucucu, em pleno território dos Yanomami, uma das maiores nações indígenas do País, com a conseqüente utilização desses índios como mão-de-obra", explicava o representante do CIMI. Pior, contudo, são os dois decretos governamentais que já estão em vigor, segundo Brand: o 88.118, de fevereiro passado, que submete a definição das áreas indígenas a órgãos estaduais — "Sabe-se que muitos governos estaduais lutam para expropriar as terras dos índios" — e o 88.985, de novembro, que abre definitivamente as áreas indígenas à mineração por grupos econômicos, sob o argumento de "protegê-las contra os efeitos destrutivos do garimpo".



No Brasil, os 210 mil índios começam a adquirir consciência étnica